O ESTADO DE S. PAULO

i

I

esta foto tem
a ver cem

a Constituinte?
A foto (feita ontem em Brasília)
é de uma unidade de operações especiais,
treinada para combater o terror e
distúrbios de rua. Uma missão que lhe
cabe, segundo o Exército. E que, portanto,
deve constar na Constituição.
0 Exército deixou claro on-
tem, durante o desfile militar
dè 7 de setembro, que não pre-
t0nde abrir mão de sua missão

constitucional de guardião da
defesa interna do País, retira-
da da Carta Magna pelo relator
Bernardo Cabral, em seu últi-
mo substitutivo.
i- Num recado direto à As-
sembléia Nacional Constituin-
te* o Comando Militar do Pla-

nalto divulgou um texto — ro-
teiro do desfile, lido pelo locu-
tor da EBN para tevês, rádios e
público presente no eixo sul,
onde destaca a passagem de
uma subunidade de operações
especiais, destinada ao comba-
te anti-terror, distúrbios de rua
e outras batalhas urbanas.

L A tropa apresentou-se em
formação cerrada de ataque
com fuzis Fal armados de baio-

netas e apontados para a fren-
te. Seus soldados, vestidos com
traje de campanha, lançaram
gritos de enaltecimento ao
País, enquanto o locutor oficial
lembrava que a companhia que
desfilava era "adestrada para
missões de defesa interna".

| Embora fossem poucos os
parlamentares presentes, as
Forças Armadas usaram ainda

o desfile de 7 de setembro para
mostrar aos constituintes que
não concordam igualmente
com suas propostas contidas no
substitutivo, tais como anistia
aos cassados de 64 e promoção
na reserva para os ex-comba-
tentes. Enquanto desfilava o
grupamento de veteranos da 2

a

Guerra o documento do Exérci-

to, repetia nos altos falantes do
eixo, que era preciso ressaltar
a diferença existente entre ve-
teranos da FEB e ex-combaten-

tes, uma vez que os primeiros
estiveram na Itália e os outros

em zonas de guerra. Estes últi-
mos, na verdade, são os que
pleiteiam, através da Consti-
tuição, aumento de proventos
de 4 mil cruzados para 20 mil,
com o que não concordam os
ministros militares.

E ainda para lembrar que o'
movimento de 1964 continua vi-

vo dentro dos quartéis, o Co-
mando Militar do Planalto de-

cidiu elogiar uma unidade mi-
litar — o 32° Grupo de Artilha-
ria de Campanha — ressaltan-
do que, "por ocasião da vitorio-
sa revolução democrática de 31
de março de 1964, manteve-se
(aquela unidade) coesa, consti-
tuindo-se num fator de ponde-

rável influência no desenlace
dos acontecimentos".
O mesmo ocorreu ao refe-
rir-se ao 3

o

Esquadrão de Cava-
laria Mecanizado, que, em se-
tembro de 1963, tomou parte
"ativa na rendição dos rebel-
des da Marinha e Aeronáutica

na área da Esplanada dos Mi-
nistérios, onde realizou opera-
ções de limpeza(...), intimidan-
do de tal forma os insurreitos

que não houve necessidade de
ser disparado nenhum tiro pa-
ra o controle da situação", con-
forme leitura feita pela EBN
do documento elaborado pelo
Exército.

Ao recordar esses fatos, en-
volvendo muitos dos anistiados

militares de hoje, Exército,
Marinha e Aeronáutica que-
rem deixar claro que o 31 de
março continua a fazer parte
de suas datas magnas, que não
aceitam mais anistia, como
quer a Constituinte, e que a
Nova República com sua Cons-
tituição não deve ser revan-
chista. Isso é o que estão enten-
dendo do substitutivo, e foi isso
que disseram no 7 de setem-
bro. '

No sul, general não vê porque mu

Também em Porto Alegre,
por ocasião do desfile de 7 de
Setembro, o comandante militar
do Sul, general Edson Boscacci
Guedes, manifestou-se contrário
aos termos em que o papel das
Forças Armadas foi definido no
anteprojeto de Constituição ela-
borado pelo relator da Comissão
de Sistematização, deputado
Bernardo Cabral. Para o general,
esse papel deve ser explicitado
na própria Carta, sem dependên-
cia de regulamentações posterio-
res. O comandante militar do Sul
lembrou que desde sua institui-
ção as Forças Armadas têm as
atribuições de manter a seguran-
ça interna e externa do País, bem
como a lei e a ordem. E indagou:
"Essas normas, até hoje, têm da-
do certo; por que não continuar
assim?"

; Embora ressaltando que todo
o povo brasileiro deseja que a
nova Constituição seja aprovada

"no mais breve tempo possível",
o general Boscacci considerou
que seria "um pouco perigoso"
tentar-se apressar os trabalhos
de elaboração da nova Carta. Os
constituintes devem ter "toda a
tranqüilidade e calma", suten-
tou, observando que "um traba-
lho apressado sempre não é tão
bom" quanto um trabalho reali-
zado no seu ritmo normal.

A explicação foi dada quan-
do um repórter pediu que o ge-
neral explicasse melhor a afir-
mação que fizera em entrevista
ao programa "Bom Dia Rio Gran-
de", da RBS-TV, na manhã de on-
tem, de que o processo de transi-
ção democrática "poderia ser
apressado". O comandante mili-
tar do Sul disse que sua conside-
ração deveria ser entendida co-
mo o desejo que todo o povo bra-
sileiro tem de que a nova Consti-
tuição seja promulgada e "colo-
cada em execução" no menor

prazo possível.
Indagado se, então, a Consti-
tuinte deveria apressar os seus
trabalhos, concluindo-os antes
do final do ano — o prazo pre-
visto

—, o general, aparentemente se
contradizendo, afirmou não ser
conveniente uma antecipação,
porque os constituintes necessi-
tam de calma para realizar seu
"trabalho árduo". As dúvidas
não puderam ser esclarecidas,
porque um agente de segurança
do general interrompeu a entre-
vista dizendo que ele tinha "ou-
tros compromissos".
Antes, ainda no início de seu
contato com os repórteres, per-
guntado se o processo de rede-
mocratização estará concluído
após a Constituinte, o general fri-
sou que "o processo já está prati-
camente concluído", acrescen-
tando que ele será, todavia, "se-
dimentado com a nova Carta".

O governo não conseguiu supe-
rar as dificuldades nas negocia-
ções envolvendo os regimes presi-
dencialista e parlamentarista, e já
admite uma disputa no plenário.
"A culpa dessa situação", declarou
o líder do governo na Câmara, de-
putado Carlos SanfAnna, "é do re-
lator Bernardo Cabral, que insistiu
em apresentar uma fórmula inade-
quada e radical, fundamentada no
modelo parlamentarista alemão".
Numa disputa através do voto,
na opinião do ministro-chefe do
Gabinete Civil, Ronaldo Costa Cou-
to, o tema estará sendo definido
também democraticamente, mas
contrariando o interesse do presi-
dente Sarney, que considera o em-
bate "traumático", capaz de ferir
vencedores e derrotados. Tanto
Costa Couto quanto SanfAnna es-
tão, dispostos a intensificar as ne-
gociações a partir de hoje, ainda
na esperança de que "alguma coisa
deve acontecer".
"Estas 48 horas são fundamen-
tais para a negociação do grupo em
torno da implantação imediata ou
gradual do sistema parlamentar de
governo", assinalou, ontem, o de-
putado Cid Carvalho (PMDB-MA),
autor da emenda de implantação
gradual do parlamentarismo no
Brasil.
"Hoje temos a emenda Bonifá-
cio de Andrada, que assinei, que
prevê a implantação do parlamen-
tarismo gradualista no capítulo
das disposições transitórias da fu-
tura Constituição. Ela é o meio ad-
jetivo para chegar ao substantivo
que é o regime parlamentar", ex-
plicou.
' Segundo Cid Carvalho, que in-
tegra a comissão que negocia dire-
tamente com o Planalto uma fór-
mula de consenso, nessas 48 horas,
"é necessário acertar se vamos pa-
ra a emenda Bonifácio de Andra-
da, ou se apoiamos as emendas de
Nelson Carneiro, Afonso Arinos,
Egydio Ferreira Lima ou José Fo-
gaça que determinam a implanta-
ção do parlamentarismo, imediata-
mente, no próprio corpo da Consti-
tuirão. Para um bom entendimento
teifios que definir a emenda do tex-
to 'permanente ou se todos querem
a fórmula evolutiva e gradual", rei-
terou.
Já o senador Fernando Henri-
que Cardoso, líder do PMDB no Se-
nado, acha que "no parlamentaris-
mo

l%ioderno, o presidente da Re-
pública não pode deixar de ter po-
derVs, para ser o harmonizador do
sistema político. Devemos definir,

desde já, os instrumentos de ação
de que deverá dispor e deixar, pa-
ra a transição, a assunção gradual
de funções pelo primeiro ministro,
sem descaracterizar o regime".
Ele considera que o parlamen-
tarismo é majoritário no PMDB e
na Constituinte: "O Luiz Henrique
(líder do PMDB na Câmara) fez le-
vantamento na bancada, chegando
à conclusão de que o parlamenta-
rismo ganha de dois a um. No PDS
de 37 apenas seis são contrários ao
parlamentarismo. O PT deixa a
questão em aberto". Por isso ele
avalia que o parlamentarismo será
aprovado e o governo derrotado:
"Se o governo insistir, levará o
presidente a uma derrota, o que
não é bom para o País. É preciso
ter transigência na matéria. A pro-
posta da introdução gradual do
parlamentarismo, no mandato de
seis anos do presidente José Sar-
ney, não tem condições de aprova-
ção no PMDB porque temos de con-<
siderar a vontade popular pela
realização de eleições. Além do
mais, não podemos deixar o Brasil
por muito tempo na área cinzenta.
Se demorar muito esse clima de
indefinição do poder, agravado pe-
lo parlamentarismo, a médio pra-
zo, tudo será muito ruim para o
Brasil. É melhor que cheguemos, o
quanto antes, a uma definição de
competência"

— adverte.

Durante o final de semana, o

ZmmXX»:*.,.-,,...

mimm^"m$m

d
»««nvofvlrf*f * *

s

*

r

*o
Panando H*^fi

0 S

**

n

**ores

iii-iiimíiWf:

W

ícos

ministro Ronaldo Costa Couto sub-
meteu a Sarney a nova proposta
encabeçada pelo deputado Cid
Carvalho, segundo a qual o parla-
mentarismo seria adotado gradual-
mente e respeitado o mandato de
seis anos para o presidente da Re-
pública. De acordo com o ministro,
Sarney está lendo a emenda, sinal
de que "não mantém questão fe-
chada sobre nada, está disposto a
negociar".
Carlos SanfAnna, por sua vez,
acha que inegociável é o fortaleci-
mento do presidente da República.
Em diversas ocasiões, Sarney ins-
truiu-o a não aceitar uma fórmula
que transforme o presidente num
cargo meramente decorativo. "Um
presidente eleito com 50 milhões
de votos deve ter poderes, e não
ficar apenas sentado numa cadei-
ra", disse o líder, acrescentando
que, se não for possível reformular
as propostas parlamentaristas até
agora apresentadas, "o confronto,
através do voto, será inevitável".
Outro que não acredita no su-
cesso da negociação é o deputado
Prisco Viana (PMDB-BA). "A nego-
ciação é difícil porque não se de-
fende a manutenção do presiden-
cialismo para dar mais tempo de
governo ao presidente da Repúbli-
ca, e, sim, porque o sistema parla-
mentar não é bom para o Brasil",
afirmou, salientando que a insis-
tência com que se fala em negocia-
ção "a é bem indicativo de que os
parlamentaristas não contam com
a maioria de que falam".
Perguntado ontem, após o des-
file de 7 de setembro, sobre as ne-
gociações, o ministro Ronaldo Cos-
ta Couto defendeu, de maneira en-
fática, o direito de o Executivo
apresentar sugestões, discutir e
apresentar propostas à Constituin-
te.

E natural, segundo o ministro
Costa Couto, que o presidente Sar-
ney use a sua influência em defesa
do regime de governo presidencia-
lista e do mandato de cinco anos.
"O governo é parte da sociedade,
então por que afastá-lo num mo-
mento em que o ponto central da
discussão é a própria sociedade?"
— indagou.
Segundo o ministro-chefe, a ar-
te de negociar muitas vezes produz
"milagres", referindo-se à possibi-
lidade de a proposta presidencia-
lista, apoiada por um Congresso
Nacional fortalecido, ser consen-
sualmente acatada.

Bartolomeu Rodrigues
Lustosa da Costa

•MJÍ

; I y^^ -